

1 Introdução

1.1 Contexto e temática: a cooperação internacional para o desenvolvimento em transformação

Debates internacionais sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) nos anos 2000 giraram em torno de temáticas como transparência, boa governança e *value for money*. Somando-se a isso os cinco princípios acordados no Segundo Fórum de Alto-Nível sobre Eficácia da Ajuda realizado em Paris em 2005 – apropriação (*ownership*), alinhamento, harmonização, gestão por resultados e responsabilização mútua (*mutual accountability*) – cobre-se parte significativa da rubrica conhecida como eficácia da ajuda. A promoção da eficácia da ajuda ocupou lugar proeminente em reuniões internacionais no campo, constituindo-se em objetivo central de esforços empreendidos por agentes que vão desde formuladores e operadores de políticas de cooperação de agências de desenvolvimento dos países chamados do Norte até suas contrapartes em governos receptores e funcionários de organizações não governamentais envolvidas na cooperação internacional para o desenvolvimento.

A década foi também caracterizada pela crescente visibilidade da cooperação internacional para o desenvolvimento promovida por países de renda média¹, usualmente associados à denominação Sul-Sul, à qual estes ferrenhamente se agarram. Seus representantes mais atuantes, países ditos emergentes como China, Índia e Brasil também vêm mobilizando o discurso da eficácia, fundamentando-o, contudo, em bases diferenciadas. Em lugar de princípios pretensamente construídos sobre bases técnicas, fundamentam seus discursos em características supostamente associadas à sua própria condição de países em desenvolvimento. A eficácia da modalidade seria associada ao fato de que países em desenvolvimento compreendem melhor seus respectivos problemas e desafios. Promotora de benefícios mútuos (*win-win*), a cooperação Sul-Sul (CSS) envolveria uma relação horizontal entre parceiros, orientação por demandas (*demand-driven*) e não intervenção em assuntos domésticos.

¹ Segundo o Banco Mundial, países de renda média são aqueles cuja renda nacional per capita soma valores entre USD 1.036,00 e USD 12.615,00. Disponível em: <http://data.worldbank.org/about/country-classifications>. Acesso em: 5 maio 2014.

Tensões representadas pelos diferentes regimes simbólicos têm se traduzido em transformações relevantes no campo. Em 2008, reuniu-se pela primeira vez o Fórum sobre Cooperação para o Desenvolvimento, criado no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas (ONU), visando a discutir tendências e promover coerência entre os diversos tipos identificados de cooperação para o desenvolvimento – atribuindo-se importância, sobretudo, à cooperação Sul-Sul. Em 2012, a Unidade Especial para Cooperação Sul-Sul ligada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) teve sua importância acrescida, transformando-se em Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul.² Outras agências das Nações Unidas criaram suas respectivas plataformas de intercâmbio de conhecimentos e práticas Sul-Sul³. O Banco Mundial não ficou de fora e, em 2008, criou um portal de intercâmbio de conhecimentos Sul-Sul ligado à seção de Prática de Intercâmbio de Conhecimentos do Instituto Banco Mundial, uma das organizações do Grupo Banco Mundial⁴.

Embora os reflexos institucionais explicitados acima se mostrem os mais evidentes, transformações igualmente relevantes vêm ocorrendo no âmbito do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD-OCDE), organização que congrega os chamados doadores tradicionais, países de renda alta. Até então, este foi um dos principais *loci* de produção normativa sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento. Estas transformações incluem mudanças institucionais relacionadas ao Comitê e alterações no perfil da cooperação internacional para o desenvolvimento promovida pelos seus integrantes. As últimas compreendem a promoção crescente da cooperação triangular⁵ – visando a usufruir dos benefícios simbólicos e materiais de um engajamento Sul-Sul – e um renovado interesse em projetos de infraestrutura⁶. Ambos os movimentos estão vinculados a uma

² Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=42862&Cr=south-south&Cr1#.UU7kXVvF1F8>. Acesso em: 20 mar. 2013.

³ Essas incluem o PNUMA, UNESCO, UNIDO, UNCTAD, OMS e FAO.

⁴ Disponível em: <http://wbi.worldbank.org/wbi/south-south-learning>. Acesso em: 20 mar. 2013.

⁵ Ver, por exemplo, Fordelone (2009) e Ashoff (2010).

⁶ Em trabalho anterior, argumentei que o processo referido é em larga medida associado ao engajamento da China no continente africano, ver Fonseca (2011). A concretização do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, com foco explícito na promoção de infraestrutura para o desenvolvimento, tende também a impulsionar a mudança descrita de perfil, em particular a

reavaliação em curso do posicionamento estratégico das agências e burocracias ligadas à cooperação diante de um contexto em transformação⁷. A Agência de Ajuda Internacional Canadense (CIDA), por exemplo, foi reintegrada ao Ministério de Negócios Estrangeiros e Comércio Internacional (Department of Foreign Affairs and International Trade).⁸ O governo holandês também está reformulando sua política de desenvolvimento internacional. Em carta do Ministério de Relações Exteriores da Holanda ao Parlamento nacional em março de 2011, propõem-se cortes orçamentários, alocação maior de esforços em setores econômicos e redução da lista de receptores. O documento chega inclusive a sugerir estratégias de saída e término de parcerias.⁹

Mudanças institucionais já identificáveis no CAD-OCDE incluem a extinção do Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda e a criação da Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz após a conferência de Busan (HLF-4) de 2011. Tais mudanças são acompanhadas de uma visão de reposicionamento estratégico do Comitê. Veja-se, por exemplo, este trecho de um discurso de Erik Solheim, eleito presidente do CAD-OCDE no final de 2012:

Emerging economies are extensively involved in economic development in poorer countries, but not as traditional donors. They may have new perspectives that we should learn from. We came a long way in respecting the various partner roles and strengths in Busan. I want to build on that. I want the DAC and the Global Partnership to promote more south-south and triangular cooperation. I would like to see the DAC as a meeting place where old and new development partners can learn from each other's experiences, and where we can further develop our work on basis of best practices. The DAC needs to position itself within the framework of the Global Partnership, by building upon its strengths and comparative advantages. This will enable the organisation to provide unique inputs to the development of the post- 2015 agenda.¹⁰

redução, em percentagens, de ajuda sendo direcionada a setores sociais e o aumento ao desenvolvimento de infraestrutura.

⁷ O CAD-OCDE não representa um grupo homogêneo. Ao contrário de seus pares, o Japão, por exemplo, nunca deixou de destinar parte significativa de sua assistência a projetos de infraestrutura (MAWDSLEY, 2012). Entretanto, em se tratando de tendências, as transformações identificadas podem ser identificadas, em maior ou menor medida, segundo trajetórias e contextos específicos a cada um dos países membros.

⁸ Ver GlobeDebate: The end of the Canadian International Development Agency. Disponível em: <http://www.theglobeandmail.com/commentary/globedebate-the-end-of-the-canadian-international-development-agency/article10172595/>. Acesso em: 19 abr. 2013.

⁹ Ver Letter to the House of Representatives presenting the spearheads of development cooperation policy. Disponível em: <http://www.government.nl/issues/development-cooperation/documents-and-publications/parliamentary-documents/2012/01/12/new-focus-of-dutch-development-policy.html>. Acesso em: 4 maio 2013.

¹⁰ Disponível em: http://www.oecd.org/dac/New%20DAC%20Chair_Solheim%20statement.pdf.

Por um lado, verifica-se implícito à citação o enfraquecimento do Comitê, hoje incapaz de ditar as “regras do jogo” sem incluir no debate agentes antes marginalizados. Por outro lado, identifica-se uma estratégia à manutenção de sua influência, associada à metamorfose da instituição em espaço medial - lugar de encontro entre o “velho” e o “novo”, entre o “Norte” e o “Sul” -, e a um posicionamento estratégico dentro da nova Parceria Global.

A pergunta que se impõe à narrativa concentrada nas transformações é: se a cooperação internacional para o desenvolvimento está em transformação, está se transformando em que? Sobre isso, não se julga possível oferecer mais do que tendências, frágeis e reversíveis. Para fazê-lo, mesmo que de forma tentativa, deve-se analisar como a cooperação internacional para o desenvolvimento constituía-se enquanto uma série de práticas organizadas com base em princípios, de onde estes provinham e como eram definidos. Precisa-se analisar também as forças que têm tensionado esses princípios. Além disso, embora não possamos divisar claramente o resultado final das transformações em voga, podemos verificar alguns de seus efeitos, especialmente no que se refere às práticas de cooperação Norte-Sul e ao comportamento de governos receptores dessa cooperação. Estes últimos são importantes sinalizadores das transformações, uma vez que participam da cooperação internacional com ambos os hemisférios simbólicos – Norte e Sul.

As seções subsequentes do capítulo introdutório oferecem uma breve revisão da literatura e um apanhado metodológico relacionado à pesquisa que originou esta dissertação. A revisão de literatura centra-se no engajamento dos BRICS na cooperação internacional para o desenvolvimento, especialmente no que tange à sua relação com a cooperação Norte-Sul. A subseção metodológica aponta os principais tipos de fonte utilizados e detalha aspectos da pesquisa de campo realizada. O capítulo seguinte discute as implicações de uma abordagem sociológica à cooperação internacional para o desenvolvimento, usando como ponto de partida a noção de campo de Pierre Bourdieu. A discussão fornece base para a análise, à luz da noção de culturas de auditoria de Marilyn Strathern, de

práticas do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, consideradas fundamentais para a estruturação do campo.

O terceiro capítulo narra o processo pelo qual emergiu a agenda da eficácia da ajuda, enfatizando-se o papel desempenhado pelo Comitê. Apresentamos também a trajetória da cooperação Sul-Sul, mostrando as particularidades de seus objetivos subjacentes e discutindo as diferentes faces do desafio que a cooperação Sul-Sul representou àquela Norte-Sul ao longo do tempo. Possibilita-se assim esboçar as tensões simbólicas entre cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, discutindo implicações recentes a partir da reunião de Busan.

Trazemos a análise ao local a partir do estudo de caso de Moçambique no capítulo quatro. Após contextualizar historicamente o caso, apresentamos como os princípios da eficácia pautaram a cooperação internacional para o desenvolvimento nesse país. A partir disso, argumentamos que mudanças recentes significativas no comportamento do governo moçambicano e doadores são relacionadas ao maior engajamento dos BRICS e às descobertas recentes de recursos naturais. A questão é apresentada a partir das noções de “dependência simbólica” e “efeito BRICS”. Ao final, apresenta-se um resumo do argumento central deste trabalho, oferecendo-se também considerações sobre possíveis tendências no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento e questões-chaves de pesquisa ligadas a temas discutidos ao longo do texto.

Deve-se ressaltar, por fim, que não ignoramos a relevância crescente de empresas, fundos globais, organizações da sociedade civil, fundações e entidades filantrópicas, e fundos de investimento de impacto social e capital paciente na promoção das transformações em questão. Contudo, focamo-nos aqui em questões relacionadas à chamada cooperação Sul-Sul por nos parecer o principal motor dessas mesmas transformações.

1.2 Breve revisão da literatura sobre cooperação Sul-Sul

Ao julgar a cooperação Sul-Sul importante motor das transformações em pauta, faz-se necessário apresentar de maneira breve como esta vem sendo tratada academicamente. A cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento tem sido

estudada no campo das Relações Internacionais no período recente principalmente a partir de duas grandes chaves: como reflexo de mudanças sistêmicas mais amplas; e como fator produtor de transformações na governança da cooperação internacional para o desenvolvimento. A segunda chave é rotineiramente conectada a discussões relacionadas às diferenças – práticas e retóricas, vulgarmente assim distinguidas – entre cooperação Norte-Sul e Sul-Sul. Há também estudos sobre a atuação de países específicos, principalmente relacionados aos países ditos emergentes, na cooperação Sul-Sul, constituindo-se em contribuições que dialogam prioritariamente com estudos de política externa. Evidentemente, trabalhos raramente são manifestação de apenas uma das linhas citadas, e abordam frequentemente questões implicadas em todas elas.

A literatura usualmente vincula a cooperação Sul-Sul às discussões sobre países emergentes ou países em ascensão, considerados simultaneamente reflexo e fator promotor da redistribuição de poder no sistema internacional. Com frequência, autores identificam uma ordem internacional crescentemente multipolar (e.g. NARLIKAR, 2010), cujas implicações seriam merecedoras de maior análise (SCHOLVIN, 2010). Embora as transformações na ordem internacional não possam ser atribuídas apenas à agência de tais países, autores como Boeckh (2006, p. 278, apud SEIFERT, no prelo) lhes designam papel diferenciado, implícita ou explicitamente. Em contribuições de linha semelhante, a noção de cooperação Sul-Sul é utilizada de forma ampliada, abarcando coalizões políticas, relações comerciais e investimento entre países em desenvolvimento. A utilização da noção ampliada conforma-se à zona cinzenta ocupada pelas estratégias e instrumentos diversos da cooperação Sul-Sul (BURGES, 2012).

Pieterse (2011), por exemplo, identifica um re-balanceamento global de um eixo de dominância Norte-Sul de duzentos anos, donde emergiria um novo arranjo caracterizado por grande potencial emancipatório e maior relevância das relações Leste-Sul. Não há consenso sobre esse potencial da chamada cooperação Sul-Sul, principalmente em relação à sua promoção de projetos e programas de desenvolvimento. Em oposição, Naím (2007), por exemplo, percebe como “tóxica” a cooperação prestada por países como Venezuela, China e Arábia Saudita, tidos como não transparentes e não democráticos. Há ainda aqueles que notam a possibilidade da expansão da cooperação Sul-Sul promover novos fluxos

de dívida, revertendo também determinados aspectos positivos da maior coordenação entre países do Norte (BURGES, 2012).

Estudos de política externa dedicados a uma nação específica geralmente tratam da cooperação Sul-Sul como a política externa de um país em emergência, desejoso de maior projeção no cenário internacional, apesar de vincularem a trajetória dessa cooperação às primeiras décadas da Guerra Fria. Tal literatura normalmente identifica interesses econômicos domésticos – frequentemente subnacionais e setoriais – relevantes, bem como um caráter estratégico na inserção internacional da política externa (c.f. INOUE & VAZ, 2012; BRAUTIGAM, 2009).

Ao nos voltarmos para pesquisas dedicadas à cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento em sua noção mais restrita, deparamo-nos com autores cujos trabalhos, comumente de cunho *policy-oriented*, identificam o fenômeno como parte de transformações mais amplas no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. Dentre essas, a mais relevante seria a diversificação de agentes no campo. Ao abordar cooperantes do Sul junto a entidades privadas, fundações, organizações da sociedade civil, financiadores climáticos, empreendedorismo social e investimento de impacto como parte de uma mesma dinâmica de diversificação e expansão horizontal, Greenhill *et al* (2013) vislumbram uma emergente “era da escolha” (*age of choice*), cujos benefícios direcionados a países ditos receptores superariam os revezes de uma maior fragmentação de fluxos e esforços.

Talvez uma semelhança que possa ser atribuída a boa parte dessa literatura seja o fato de não problematizar noções fundamentais da cooperação dita Sul-Sul. Embora questionem princípios como solidariedade e horizontalidade, assim como as diferenças “reais” entre CSS e a cooperação Norte-Sul (CNS) – as quais são costumeiramente associadas ao jargão “para além da retórica” –, muitas vezes tratam de Norte e Sul como espaços geopolíticos homogêneos, vinculados à divisão, igualmente naturalizada, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A fim de contornar o problema, Six (2009) utiliza o termo Estados pós-coloniais em seu argumento, mostrando-se otimista em relação à emergência

desses Estados e a desconstrução do paradigma ocidental de desenvolvimento, o qual seria baseado em uma retórica de “pseudo-emancipação” (SIX, 2009, p.1109). Após discutir os problemas inerentes ao emprego de quaisquer termos no desenvolvimento da temática, Emma Mawdsley (2012), por seu turno, opta em seu livro por utilizar a expressão “parceiros de desenvolvimento (re)emergentes”. A autora trabalha não apenas com países emergentes, mas Estados árabes e outros que passaram a integrar a União Europeia após o fim da Guerra Fria. Portanto, ao problematizar a noção de Sul, discutir imagens e discursos mobilizados pelos países em questão, e não colapsar a gama de práticas em um conjunto homogêneo de práticas Sul-Sul, Mawdsley parece avançar na compreensão do tema em sua complexidade.

Dadas as orientações teóricas desta empreitada, cabe discutir brevemente algumas abordagens interpretativas sugeridas (e não empregadas) em seu livro. A autora devota espaço significativo a *insights* potenciais gerados pelos trabalhos de Marcel Mauss sobre a dádiva, e de outros que por ele foram influenciados, como Pierre Bourdieu e Marshall Sahlins. Ao fazê-lo, levanta questionamentos interessantes sobre as implicações de analisarmos a cooperação Norte-Sul como uma dádiva não reciprocada ou dádiva negativa e a (re)produção de hierarquias, bem como a hipótese da cooperação Sul-Sul, por oposição, funcionar como dádiva reciprocada¹¹.

Ao discorrer sobre as perspectivas de transformação possibilitadas pela (re)emergência de parceiros de desenvolvimento – chamados cooperantes do Sul – Mawdsley nota como contribuíram para a transição de discussões sobre eficácia da ajuda para eficácia do desenvolvimento, bem como o papel importante que tiveram na reintrodução de temas relacionados a crescimento econômico na pauta

¹¹ Mawdsley não dá pouco fôlego a uma perspectiva bourdieusiana e sua análise maussiana apresenta limites não contemplados no livro em questão. Por exemplo, a ambivalência é ponto central da dádiva, tal como concebida por Mauss: “[...] it must be offered as voluntary, disinterested and free, even as it sets an obligation at some future point to reciprocate.” (MAWDSLEY, 2012, p.147). Isto constituiria uma diferença importante em relação ao intercâmbio comercial. Não obstante a ênfase na solidariedade, o discurso da cooperação Sul-Sul é fundamentado justamente nos interesses e benefícios mútuos implicados na cooperação, o que a afastaria da dádiva. Por outro lado, na cooperação Sul-Sul, a suposta dádiva não costuma ser reciprocada na mesma moeda *tout court*, mas através de facilidades no comércio, no acesso de empresas e alinhamento político em foros internacionais. Se concebermos tais elementos como próprios do sistema da relação de dádiva, como não afirmar que a cooperação Norte-Sul também é reciprocada?

da cooperação internacional. Sobre os regimes e a arquitetura internacional da cooperação, aponta a crescente representatividade e legitimidade desses países em detrimento do CAD-OCDE. Se afirma uma nova politização do tema, o que desvela interesses políticos anteriores dos chamados doadores tradicionais, sua análise não assume, contudo, progresso *a priori* resultante dessas transformações. Em oposição às considerações de Six (2009) e Mawdsley (2012), autores como Quadir (2013) seguem disputando a possibilidade de emergência de uma ordem fundamentalmente diferente da existente na cooperação internacional, que permanece baseada no CAD e seus integrantes.

Por fim, cabe apontar contribuições interessantes advindas da antropologia sobre o tema da cooperação Sul-Sul. Tendo estudado a cooperação técnica brasileira em agricultura a partir de pesquisa de campo em diversos países africanos, Cesarino (2012) argumenta que a cooperação Sul-Sul imporia uma série de desafios a contribuições em alguma medida consolidadas da antropologia do desenvolvimento, discutindo abordagens foucaultianas baseadas na noção de governamentalidade e discurso, o aspecto da cooperação internacional como burocracia ou indústria, e o debate sobre autoridade etnográfica e as ligações entre relações no trabalho de campo e relações na produção acadêmica sobre o campo. Apesar de podermos apontar a necessidade de acompanhar de perto os desenvolvimentos dessa linha de pesquisa, ainda há pouco material para discussão e este dialoga quase que exclusivamente com a disciplina de antropologia.

Assim, pretendemos contribuir para explorar os seguintes espaços de oportunidade e lacunas percebidas na bibliografia: 1) literatura de cunho acadêmico esparsa e recente sobre impactos da cooperação Sul-Sul no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento; 2) número pequeno de contribuições fundamentadas em pesquisas de campo, tanto acadêmicas como *policy-oriented*, relacionadas ao fenômeno da cooperação Sul-Sul; e 3) potencial ainda largamente inexplorado de interpretações sociológicas e antropológicas da cooperação Sul-Sul.

Ao apresentarmos nossa interpretação da *policy* no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, buscamos nos aproximar de Mosse (2006, p. 2) em seu distanciamento das visões instrumentais e críticas da *policy* de

burocracias do desenvolvimento. A visão instrumental denotaria policy como solução racional de problemas. A visão crítica explicaria policy como a racionalização de um discurso técnico que esconderia propósitos de dominância burocrática, que constituiriam a “verdadeira intenção” do desenvolvimento.

Curiosamente, esta distinção pode ser associada a elementos da literatura sobre cooperação Sul-Sul previamente discutidos. Aqueles que buscam afirmar a existência ou inexistência de diferenças “reais” entre CSS e CNS discutem implicitamente a possibilidade daquela oferecer soluções racionais distintas daquelas oferecidas pela CNS para problemas de desenvolvimento. Aqueles que buscam auferir o potencial emancipatório da CSS discutem indiretamente a dominação de burocracias ocidentais e a instrumentalização de políticas de desenvolvimento.

Ao contrário de Mosse, entretanto, não nos distanciamos da visão crítica pela desacentuação da dominação, mas pela recusa em percebê-la como “intenção verdadeira” ou agenda ocultada. Segundo o autor, esta perspectiva seria simplista, ignorando a complexidade do mundo social e velando a agência de atores locais. Buscamos mostrar, no entanto, que é possível verificar agência, bem como analisá-la, sem, no entanto, deixar de relevar o papel da estrutura (e a condição de dominação que pode a caracterizar) no espaço social em questão. Assim, tratamos o campo da cooperação internacional para o desenvolvimento como um espaço caracterizado por dominação, resistência e disputa, algo que elaboraremos no próximo capítulo a partir de uma abordagem bourdieusiana.

Julgamos ser esta pesquisa não apenas relevante do ponto de vista acadêmico, mas também para formuladores de políticas e operadores inscritos no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. Em relação ao campo, contribuições associadas a uma melhor compreensão de como a temática da eficácia da ajuda passa a ocupar lugar proeminente em espaços-chave no debate internacional sobre políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento nos anos 2000 permitem um melhor posicionamento de agentes frente a problemas de ação coletiva e interação social.

Evidenciar relações entre partes interessadas na cooperação internacional em Moçambique e apontar seus limites serve de base à reflexão em prol de melhor

coordenação de esforços, com lições parcialmente extrapoláveis a outros setores e contextos. Identificar os efeitos da emergência do Sul em nosso estudo de caso possibilita ainda pensar formas de controlar aqueles considerados negativos e promover aqueles considerados positivos. Naturalmente, isto se for possível produzir consenso acerca de sua divisão. O empreendimento como um todo poderia contribuir para a gestação de políticas mais afinadas com realidades do campo por parte de formuladores, bem como uma melhor tradução das mesmas em práticas no local por operadores, por exemplo no que tange à modalidade de apoio direto ao orçamento e sua estrutura, que é aprofundada em capítulos posteriores.

Verificar o impacto da crescente visibilidade da CSS em transformações em andamento no campo, em níveis normativo, simbólico e operacional possibilita superar discussões baseadas em julgamentos de valor sobre a melhor adequação de um ou outro modelo, se é que se pode afirmar a existência de um modelo. O desvelar das políticas da técnica e das técnicas da política, para utilizar uma estrutura verbal extremamente familiar àqueles que já tiveram algum contato com a obra de Bourdieu, é objetivo importante do trabalho acadêmico, mas também essencial à promoção de transformações consideradas positivas pelo coletivo de profissionais inscritos no campo em questão.

1.3 Métodos

Esta pesquisa envolveu trabalho com fontes diversas, primárias e secundárias, acadêmicas e *policy-oriented*, incluindo, entre outras, livros, artigos de revistas acadêmicas, artigos jornalísticos, relatórios de organizações internacionais, declarações e acordos internacionais, e documentos de agências oficiais de desenvolvimento.

Dadas as lacunas identificadas a partir da breve revisão de literatura, optamos por realizar um estudo de caso incluindo pesquisa de campo. A consulta a bases de dados diversas, em particular àquelas do Banco Mundial e do site AidData¹², foram indispensáveis à corroboração empírica de argumentos

¹² Ver: <http://aiddata.org/>.

referentes ao estudo de caso. Por conta da ausência de dados robustos sobre a cooperação Sul-Sul e a presença dos BRICS em Moçambique, nosso estudo de caso, partimos do consenso de que seu engajamento tem crescido significativamente, sem no entanto, precisar sua extensão a partir de dados quantitativos, o que poderia resultar em análises inadequadas. Devido à ênfase no plano simbólico do argumento, concluiu-se que isso não representaria um limite significativo à sua fundamentação.

Ao longo da investigação e redação desta dissertação (2013.2 - 2014.2), o autor morou e trabalhou em Dar es Salaam, Tanzânia, onde teve contato direto e frequente com cooperantes internacionais trabalhando no país. Embora experiências relacionadas não sejam diretamente citadas, elas sem dúvida contribuíram para consolidar, negar ou refinar reflexões espostas sobre o campo da cooperação internacional para o desenvolvimento e as relações entre cooperantes do Norte e do Sul.

Além disso, integrou a equipe de pesquisa do projeto *BRICS and South-South Cooperation: Changing Strategies in Africa*, realizada pelo BRICS Policy Center¹³. No âmbito deste, o autor realizou duas visitas de pesquisa a Moçambique, cada uma com tempo médio de uma semana. O autor participou diretamente de entrevistas com vinte profissionais em Maputo, tendo acesso direto e tempestivo a gravações pertinentes a outras quinze entrevistas. Depoentes incluíram representantes de agências doadoras bilaterais e multilaterais, institutos de pesquisa, think-tanks, academia, ONGs locais e internacionais, o governo nacional, bem como representantes do governo brasileiro (foco da pesquisa em questão). Por razões de confidencialidade acordadas quando da realização das entrevistas, nomes e instituições não são referidos. Entrevistas anteriores e uma série de conversas informais forneceram subsídios para as reflexões, embora estas também não sejam diretamente trabalhadas ou citadas explicitamente.

Há que se notar que entrevistas não são consideradas neste trabalho meros instrumentos neutros de coleta de dados. Entrevistas produzem resultados contextualizados e negociados a partir da interação entre entrevistador e

¹³ *Think-tank* baseado no Rio de Janeiro centrado na realização de pesquisas *policy-oriented* referentes a questões relacionadas aos países BRICS. Ver: <http://bricspolicycenter.org/homolog>.

entrevistados (FONTANA & FREY, 2000, p.646). Entrevistador e entrevistados são agentes e, portanto, possuem disposições vinculadas à sua trajetória e papel que desempenham. O tema da pesquisa e, conseqüentemente, o entrevistado selecionado, refletem parcialmente a trajetória acadêmica do entrevistador. A esta, por sua vez, são relacionadas disposições práticas do agente, atualizadas quando da realização da entrevista. Cabe ao pesquisador exercitar reflexividade de maneira rigorosa, reconhecendo paralelamente o caráter situado de sua própria reflexão.

A partir da reflexividade, minimizam-se os três vieses capazes de adulterar o olhar sociológico (*sociological gaze*): origens sociais do pesquisador, posição ocupada pelo pesquisador no campo acadêmico, e o viés intelectualista (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.39). O terceiro seria particularmente distorcido e traiçoeiro, e referir-se-ia à tendência do pesquisador a analisar a realidade como um espetáculo, o que obscureceria a lógica da prática colapsando-a na lógica teórica. Dado que tais pressupostos são intrínsecos a conceitos, instrumentos analíticos e de coleta de dados – entre as quais a entrevista figura de modo importante – a reflexividade advogada por Bourdieu é menos introspecção pessoal do que análise sociológica e controle sociológico permanente da prática (CHAMPAGNE *et al* apud BOURDIEU&WACQUANT, 1992, p.39).

Quanto menos estruturadas são as entrevistas, maior deve ser o cuidado com o controle sociológico da prática de entrevista. Na entrevista estruturada, a etapa principal consiste no desenho do instrumento de pesquisa, compreendendo perguntas, respostas e explicações adicionais padronizadas. A manutenção do sequenciamento, restrição da entrevista ao instrumento e reprodução das formulações são exigências do método em questão. Isso não implica afirmar que a entrevista estruturada é “acontextual” (FONTANA & FREY, 2000, p.652), mas que o controle sociológico da prática é maximizado pela restrição de seu exercício ao instrumento desenhado. Entrevistas conduzidas em Maputo foram realizadas de maneiras semi-estruturada e não estruturada.

Assim, buscou-se pautar por princípios de reflexividade quando da realização das entrevistas. O exercício constante de reflexão durante a realização de entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas têm como fim tornar visível ao

pesquisador os termos na base da negociação dos resultados quando de sua interação com entrevistados. Ao contrário das dúvidas suscitadas pela prática de etnógrafos sobre as implicações e decisões relativas à auto-representação (BECKER, 1956, SPRADLEY, 1979, MALINOWSKY, 1922 apud FONTANA & FREY, 2000), o fato de se estar realizando pesquisa para um centro de estudos obrigou-nos à apresentação como acadêmico/pesquisador, o que possibilitou um credenciamento, ainda que por vezes problemático, em relação ao grupo-chave de entrevistados em Moçambique.